

SAÚDE COLETIVA E DESIGUALDADES SOCIAIS: POBREZA MENSTRUAL DIANTE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

João Hebert Alves Fidelix^{1C}, Karolina Gonçalves de Oliveira^{1C}, Ione Silva Barros^{PQ} e Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos^{PQ*}

PIBIC-EM/PIBIC/PIBITI
Câmpus Águas Lindas de Goiás
* vasconcelosjpr@gmail.com

Palavras Chave: Desigualdades em saúde; Iniquidade social; Pobreza; Mulheres.

Introdução

A pobreza menstrual é um problema de saúde pública estreitamente ligada aos determinantes e condicionantes sociais da saúde, pois se relaciona aos elementos contextuais do cotidiano que afetam diretamente a saúde e qualidade de vida de mulheres e meninas.

No Brasil, crianças e adolescentes que menstruam têm seus direitos à escola de qualidade, moradia digna, saúde, incluindo sexual e reprodutiva violados, quando seus direitos à água, saneamento e higiene não são garantidos (UNFPA e UNICEF, 2021).

Tendo isso em vista, esta pesquisa teve o objetivo principal de compreender as implicações da pobreza menstrual na saúde de meninas adolescentes vulnerabilizadas.

Metodologia

A pesquisa bibliográfica analisou sete artigos científicos selecionados no *Google Acadêmico*, a partir de critérios de busca pré-estabelecidos, sendo constituída por cinco etapas: elaboração do problema, busca na literatura, coleta e análise de dados e apresentação da pesquisa.

Resultados e Discussão

A pobreza menstrual trata-se de um fenômeno complexo, que envolve imprescindivelmente falar sobre a falta de acesso a produtos fundamentais e adequados para a menstruação, como absorventes e papel higiênico. Mas também envolve questões estruturais, como a falta de acesso a banheiro e saneamento básico, ligado diretamente à questão do não acesso ao direito à cidade (SOUSA; SILVA, 2022). Assim torna-se relevante ao tema abordar a falta de acesso às informações sobre a menstruação e sobre o manejo da higiene menstrual, a forma de lidar com a higiene menstrual à saúde e à questão da tributação excessiva sobre os absorventes.

Em contrapartida, o não acesso torna alguns métodos conhecidos para contornar a ausência de absorventes como frequentes são o uso de: massas de pão, papéis higiênicos, jornais e panos, todas elas formas de insegurança do ponto de vista da possibilidade de infecções.

Mediante isso, não só a saúde das mulheres é comprometida, como também a sua dignidade, é bom lembrar que dignidade da pessoa humana, é um direito fundamental, garantido pela Constituição brasileira (BRITO, 2021), nesse caso fica marcado a violação do estado em não agir sobre a vida dessas mulheres e meninas.

Segundo estimativa da ONU, 10% das meninas perdem aula quando estão menstruadas. No Brasil cerca de 7,5 milhões de meninas menstruam na escola, dessas, cerca de 90% frequentam escolas públicas (SIQUEIRA et al., 2022). Os dados estatísticos divulgados pela UNESCO, evidenciam que o problema da pobreza menstrual afeta diretamente a qualidade de vida de aproximadamente 12% das meninas em todo o mundo. Estima-se que uma a cada dez meninas deixam de ir à escola por estarem menstruadas.

Conclusões

A pobreza menstrual como um problema de saúde pública, seguindo a lógica dos objetivos do desenvolvimento sustentável, torna o fenômeno injusto e com relevância para milhões de mulheres, sobretudo negras e periféricas. Para essas faltam o acesso a produtos fundamentais e adequados para a menstruação, ficando latente sobre o tema as desigualdades sociais de raça e gênero.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo incentivo financeiro.

Ao Instituto Federal de Goiás (IFG), pelos recursos estruturais e materiais.

BRITO, Mariana A. P. da R. Pobreza Menstrual e Políticas Públicas para Mulheres e Meninas. Orientadora Dra. Maria Carolina C. Motta. 2021.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdades e violações de direitos. 2021.

SOUSA, Elaine Pereira de; SILVA, Letícia de Oliveira. Sangrar é político: diálogos acerca da pobreza menstrual na vida de meninas pretas e pardas. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022.